

TESTE DE IMPAIRMENT (RECUPERABILIDADE) DE ATIVO

***Alequexandre Galvez de Andrade, Edson Aparecida de Araújo Querido Oliveira,
Paulo César Ribeiro Quinteiros***

Universidade de Taubaté/Programa de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, Rua
Expedicionário Ernesto Pereira, 225 – Centro - Taubaté quinteiros@gmail.com
aandrade@grupobrasil.com; edson@unitau.br; quinteiros@gmail.com.

Resumo- Os mercados são globalizados, por isso ter uma contabilidade internacional é importante para o desenvolvimento das empresas e do país. O Brasil desde a década de 90, através do controle inflacionário vem dando passos importantes em busca da estabilidade, outro grande passo é a adoção das normas internacionais de contabilidade, uma destas normas determinam que as empresas avaliem seus ativos, de forma que nenhum ativo esteja registrado por valor superior ao seu valor de recuperação que pode ser pelo valor de mercado ou valor de uso. Este trabalho resulta de uma pesquisa bibliográfica e documental em uma empresa de grande porte, localizada no município de São Paulo, com o objetivo geral de analisar qual a metodologia utilizada no teste de recuperabilidade nos ativos, classificados no grupo do imobilizado. Os resultados apresentam que a empresa utilizou o valor em uso, com base em estimativas determinadas no planejamento estratégico.

Palavras-chave: Teste de Recuperabilidade, Planejamento estratégico, Normas Internacionais de Contabilidade

Área do Conhecimento: Ciências Sociais Aplicadas

Introdução

Na década de 90 o Brasil deu um grande passo para conquistar a confiança no cenário econômico internacional, com o controle inflacionário e a combinação da política monetária com câmbio flutuante e metas de inflação, com a implantação do Plano Real em 1994, uma democracia estável e privatizações, que abriram o mercado para investidores estrangeiros. Em um curto espaço de tempo a partir de 2001 o Brasil começou a ser falado como uma das economias do futuro juntamente com os países como a Rússia, Índia e China, que formam a abreviação BRIC's. (IASB, 2010)

Com este cenário favorável para investidores, o Brasil tem atraído capital internacional, no período de 1994 a 2009, ocorreram \$ 330 bilhões em investimento estrangeiros diretos. No período da crise desencadeada entre 2008 e 2009 o sistema financeiro se demonstrou sólido e desenvolvido, o que aumenta a credibilidade na economia Brasileira que está mais preparada para suportar os desafios econômicos. Em 2006 a convergência para as Normas internacionais foram colocadas em prática pelos intermediários financeiros, sob a supervisão do Banco Central do Brasil em Dezembro de 2007, foi aprovado a lei federal 11.638/07, que passa a vigorar em

2008, esta lei alterou alguns artigos e parágrafos da lei Federal 11.604/76, conhecida como lei das S/A, e é o início da convergência das empresas Brasileiras para as normas internacionais. (IASB, 2010)

Com a globalização é difícil falar em empresas locais, as empresas são mundiais, seja pela aquisição de insumos, relações mercadológicas, estratégias e isto não se restringe somente as grandes empresas, as pequenas empresas também estão conectadas mundialmente (CARVALHO, 2009).

Estas mudanças são cada vez mais presentes nas empresas, fazendo parte de seu cotidiano (KOTLER; CASLIONE, 2009), que antes era previsível hoje raramente pode ser, sendo necessário criar mecanismos de identificação de problemas.

Diante destas mudanças, as empresas podem estar mais vulneráveis em ter seus ativos obsoletos, sem capacidade de gerar benefícios futuros aos seus investidores. Para analisar a recuperabilidade destes ativos as normas internacionais expressas na norma CPC nº 1 do comitê de pronunciamentos contábeis, determina que as empresas avaliem a valor de mercado ou de uso seus ativos. Para analisar a metodologia que a empresa utilizou para identificar se há perdas com a recuperabilidade de seus ativos, foi

utilizada a pesquisa bibliográfica com instrumento documental disponíveis na empresa. Foi constatado que a empresa utilizou a técnica do valor em uso dos seus ativos, sendo que este demonstrou ser superior ao valor líquido contabilizado, não se fazendo necessário provisões para perdas.

Metodologia

A realização da pesquisa bibliográfica ocorreu através de fontes públicas. Segundo Lakatos (1990), a finalidade desta pesquisa é colocar o pesquisador em contato direto com as publicações do assunto pesquisado. A consulta utilizou a base de dados disponível na empresa pesquisada, localizada no município de São Paulo.

O Objetivo geral foi analisar qual a metodologia utilizada no teste de recuperabilidade nos ativos, classificados no grupo do imobilizado.

Entretanto, os dados coletados e analisados são limitados a identificação da aplicação da metodologia de análise ao valor recuperável na empresa pesquisada, abrangendo somente o ativo imobilizado, sendo que em uma análise mais profunda poderiam ser detectados outros fatores que poderiam ter influenciado na análise de recuperabilidade de um ativo.

Resultados

A obtenção dos resultados do teste de recuperabilidade, colaborou para o melhor entendimento de quais ativos contribuem para o resultado da empresa, e quais segmentos tem melhores perspectivas de continuidade ao longo do tempo.

A empresa estimou o resultado para 10 anos conforme a figura 1.

Ano	Receita	Custo	Resultado	Ebitda	VPL
2010	310	251	59	6	6
2011	340	275	65	7	6
2012	380	306	74	8	7
2013	422	337	85	10	8
2014	465	374	91	10	8
2015	514	413	101	12	8
2016	542	424	118	13	9
2017	569	445	124	14	9
2018	598	467	131	15	9
2019	619	487	132	15	8
Total	4.759	3.779	980	109	77

Figura 1 – Projeções de Resultado em milhões de R\$
Fonte: Autores.

Conforme a Figura 1, o resultado operacional antes da depreciação, juros e imposto de renda, denominado de “Ebitda”, foi de 76 milhões, o

valor líquido contabilizado pela empresa, entende-se por valor líquido, o valor original ao qual o bem foi comprado, acrescido das suas despesas para colocá-lo em funcionamento diminuído da sua depreciação, que pode ser interpretada como o desgaste do bem ao longo do tempo, era de 9 milhões, neste caso a empresa não reconheceu as perdas, pois o seu valor de uso é superior ao valor contábil, sendo provisionado somente a perda, o ganho não deve ser provisionado, ao menos que seja para estornar estimativa de perda anteriormente lançada.

Pode-se observar também na figura 1, que quanto maior for o período menor será o VPL, em 2019 o Ebitda de 15 milhões, representava somente 8 milhões, enquanto o de 2010, o Ebitda de 6 milhões representou um VPL parecido, isto ocorre devido ao efeito da taxa, quanto maior o período maior será a descapitalização.

A empresa neste caso efetuou uma estimativa baseada em 10 anos, na norma expedida pelo CPC nº 1, recomenda-se que seja realizado até 5 anos e somente acrescera de mais 5 anos, caso a empresa possua estimativas confiáveis, e recomenda-se que utilize taxas negativas ou estática de crescimento. A figura 2 apresenta as taxas utilizadas.

Ano	Receita	Custo	Resultado	Ebitda	VPL
2011	10%	10%	10%	17%	10%
2012	12%	11%	14%	14%	8%
2013	11%	10%	15%	20%	13%
2014	10%	11%	7%	8%	2%
2015	11%	10%	11%	12%	5%
2016	5%	3%	17%	15%	8%
2017	5%	5%	5%	4%	-2%
2018	5%	5%	6%	5%	-1%
2019	4%	4%	1%	2%	-4%
Total	4.759	3.779	980	108	76
Taxa de VPL : 6%					

Figura 2 – Evolução % dos indicadores.

Fonte: Autores

Obs.: Valor do exercício atual, dividido pelo exercício anterior

A figura 2 demonstra que em 2014 a empresa reduziu o % de crescimento, pois neste período há previsão de abranger novos mercados, o que aumentará o % do custo de fabricação em relação a receita líquida, pois adotará uma estratégia de menor margem neste segmento, além disto no VPL no triênio de 2017 a 2019, apresenta um crescimento negativo, devido a taxa utilizada.

A empresa adotou como base a taxa de juros de longo prazo (“TJLP”), divulgada pela Receita Federal do Brasil em seu sítio na internet, tendo como data base o exercício de 2009. Para que pudesse se efetuar a melhor estimativa, a empresa poderia ter utilizado o custo médio

ponderado de capital.

Pode ser que a utilização do custo médio ponderado de capital para estimar a taxa de captação, reduza o valor recuperável.

Discussão

De acordo com Carvalho (2009, p. 15) “A contabilidade internacional surgiu para minorar as agruras de quem quer investir fora de seu país e até hoje tinha que manusear balanços em dezenas de normas contábeis distintas, tentando compatibilizá-las para comparar.”

Segundo o IASB (2010), as normas internacionais geram maior credibilidade, transparência e atende melhor aos requisitos de governança corporativa, além de permitir a comparabilidade das demonstrações financeiras com empresas de todo o mundo. Este aumento na qualidade da informação é essencial para atrair investidores. Isto fortalece e desenvolve o mercado de capitais que é um importante instrumento de captação de recursos por parte das empresas, e que tem apresentado importantes alterações. Como exemplo deste fortalecimento a entrada de novas empresas no mercado de capitais e a compra de ações de companhias abertas por parte dos Brasileiros.

Mais de 100 países já utilizam as normas internacionais, alguns já implantados outros em processo de convergência, e é utilizada pelas principais economias ao redor do mundo. A figura 6 apresenta a utilização das normas ao redor do mundo.

A fundação “IASB” (International Accounting Standards Committee) foi criada em 2001, é uma organização do setor privado sem fins lucrativos, com independência, que trabalha para o setor público, seus principais objetivos são: Desenvolver normas internacionais de alta qualidade e compreensíveis, promover o uso e aplicação rigorosa, levar em consideração a necessidade das informações financeiras nas economias emergentes e promover a convergência das normas internacionais.

O IASB é um órgão da fundação IASC e foi criado juntamente com o mesmo em 2001, para substituir o IASC, o órgão responsável pelo desenvolvimento de normas internacionais, o IASB adotou as normas emitidas pelo IASC, as IAS (International accounting Standards), revisando-as e alterando-as no que for necessário e a partir desta data as novas normas denominam-se IFRS (international financial reporting Standards).

Os países devem adotar as normas internacionais para poderem se colher os benefícios da mudança, mas em alguns países a problemas culturais alinhados com o fisco,

políticos e legais, por isso o processo de convergência é necessário para que em longo prazo possa realmente adotar as normas,

Para Carvalho (2009), as normas internacionais de contabilidade são fundamentais para o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil e para as empresas, uma linguagem única, utilizada e padronizada mundialmente facilita a leitura de qualquer usuário em qualquer lugar do mundo, pois na era da informação, qualquer pessoa com um computador conectada a rede mundial de computadores, poderá consultar estas demonstrações e tomar melhores decisões de investimento.

Para Peters (2008), todas as empresas deveriam adotar as normas internacionais de contabilidade, pois estas representam melhores praticas contábil.

As normas estão em constante processo de mudança, a sua elaboração é uma missão interminável, pois a forma de contratação e a dinâmica empresarial exigem novas leituras das normas contábeis que podem ser alteradas ou caso não existam sejam criadas. (CARVALHO, 2009)

A lei federal 11.638/07, de 28 de Dezembro de 2007 em seu artigo 5º que acresce o art. 10-A da lei federal 6.385, de 7 de Dezembro de 1976, que permite que a CVM, Banco Central e demais órgãos e agências reguladoras, celebrem convênio com instituições, que tem como objetivo o estudo e a divulgação de princípios normas e padrões de contabilidade, que no Brasil é o Comitê de pronunciamentos contábeis (“CPC”).

O CPC foi criado pela resolução CFC n.º 1.055/05 e tem por objetivo, conforme art. 3º o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais.

O CPC é formado pela união de esforços de diversas sociedades, conforme figura 3, isto contribui para o aperfeiçoamento da matéria a ser discutida, colaborando para a maior credibilidade junto aos investidores. Sendo que todas as normas divulgadas, devem estar alinhadas com as normas internacionais de contabilidade, justamente para manter o padrão internacional das normas contábeis. A Figura 3 apresenta a composição do CPC, que representa o órgão de emissão das normas internacionais no Brasil, tendo como participantes as principais sociedades que representam desde investidores até institutos de pesquisas.

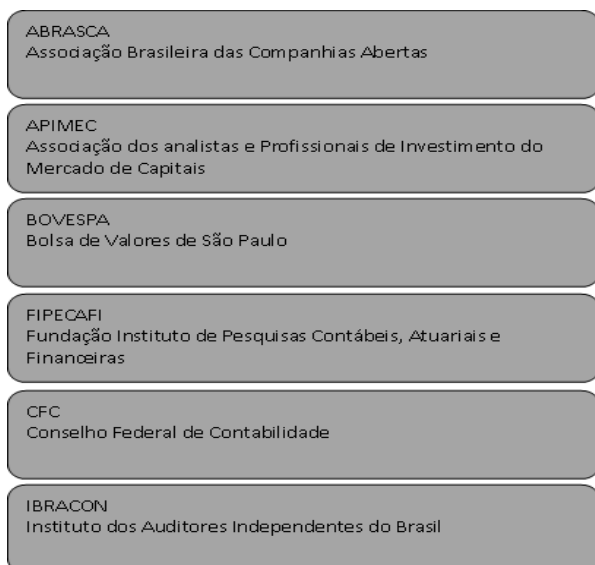


Figura 3 – Composição do CPC
Fonte: Autores, baseado no CPC (2010)

A Deliberação CVM Nº 520, de 15 DE Maio DE 2007, Dispõe sobre a audiência pública e a aceitação pela CVM dos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

Em 2007 foi emitido 1 pronunciamento, em 2008 13 pronunciamentos e em 2009, 27 pronunciamentos, sendo que 1 foi direcionado as pequenas e médias empresas, portanto não necessita ser deliberado pela CVM, o quadro 12, apresenta os pronunciamentos que foram emitidos.

A deliberação CVM, nº 527 de 1º de Novembro de 2007, tornou obrigatório para as companhias abertas, o pronunciamento técnico CPC nº 1, que trata sobre o teste de recuperabilidade dos ativos, sendo aplicado para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2008.

O pronunciamento é de natureza geral e se aplica a todos os ativos relevantes, sendo relevante o que poderia em uma análise conduzir as partes interessadas ao erro ou a menor detalhes da capacidade de um ativo em gerar valor maior do que o seu valor líquido (CPC, 2007).

Todos os ativos deverão ser analisados pelo menos uma vez por ano, a fim de garantir que não estejam registrados por valor superior ao seu valor de realização, desta forma, uma máquina que não esta em uso e não apresente mercado ativo, deveria ter o seu valor lançado em resultado do período, pois não há recuperabilidade.

Há duas formas de se determinar a recuperabilidade do Ativo, através do valor de

mercado, por quanto este ativo seria negociado, entre partes independentes ou quanto valeria em um mercado ativo, nem sempre este mercado é fácil de determinar, não havendo mercado ativo, a empresa poderia através da melhor pratica da administração, analisar alguma venda parecida que tenha ocorrido tanto para o bem, como para o seu conjunto de bens. A outra forma de avaliar um ativo é pelo seu valor de uso, quanto este ativo pode gerar de resultado futuro para a companhia, este resultado deve ser trazido a valor presente, para isto pode-se utilizar a técnica do VPL (valor presente líquido). A figura 4 apresenta as duas formas de análise de valorização a valor recuperável.

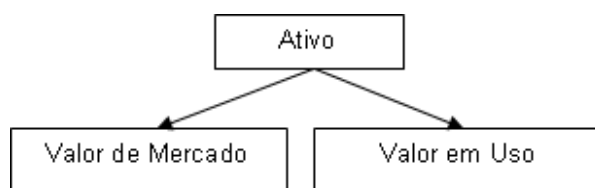


Figura 4 – Análise de Recuperabilidade
Fonte: Autores, baseado no CPC nº 1 (2007)

Para determinar o VPL, é necessário a utilização de uma taxa, para isto pode-se utilizar técnicas como o WACC (custo médio ponderado de capital), caso o ativo, neste caso o ativo imobilizado esteja atrelado a algum contrato de financiamento pode-se utilizar a taxa especificada no contrato, caso contrário, pode-se utilizar a taxa média de capitação da empresa.

A determinação do valor em uso, requer projeções confiáveis acerca das premissas necessárias para determinar o valor de receitas e de custos, estas premissas devem estar alinhadas com bases consistentes, e com o planejamento da empresa, para que represente a melhor estimativa. (CPC, 2007)

Há alguns indícios de que um ativo esta desvalorizado, estes indícios são de natureza interna, quando há evidências de obsolescência ou de dano físico de um ativo;; relatórios que indiquem que o desempenho de um ativo será pior que o esperado; Fontes externas de informação; mudanças significativas no cenário econômico atual ou futuro, aumento das taxas de juros do mercado, impactando nas taxas de desconto a valor presente, valor contábil do patrimônio líquido é maior do que o valor de suas ações; mudanças significativas no ambiente tecnológico. (CPC, 2007)

A partir deste teste é determinado a recuperabilidade do ativo, se estiver nas demonstrações financeiras, por um valor superior ao seu valor de mercado ou valor de uso, a companhia deverá efetuar uma provisão para

perdas.

O valor em uso requer alguns cuidados especiais, pois as projeções para determinar os resultados devem ser realizadas pela administração, com base na melhor estimativa e por isso devem estar alinhadas com o planejamento estratégico.

Para Mintzberg (2004 p. 26), “o planejamento é um procedimento formal, para produzir um resultado articulado, na forma de um sistema integrado de decisões”. Desta forma o planejamento não pode ser visto como tomada de decisão, formulação de estratégia, administração, mas como a tentativa de formalização de partes delas. A figura 5 apresenta o conceito de planejamento.

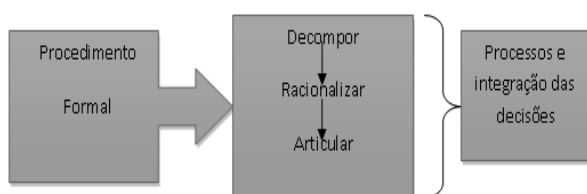


Figura 5 – Sistematização do planejamento
Fonte: Autores com base em Mintzberg (2004 p. 26)

O planejamento é a análise e a estratégia é a síntese, por isso a estratégia faz parte do planejamento. (MINTZBERG, 2004).

Para Oliveira (2010) processo decisório ocorrerá antes, depois e durante o planejamento, as decisões tomadas possuem um aspecto temporal, sendo que deve ser impactos que as decisões presentes implicarão no futuro. Desta forma a empresa através do planejamento tem certo controle dos fatos e variáveis.

O planejamento é também uma forma de conhecimento que independe da vontade dos gestores (OLIVEIRA, 2010).

Segundo Nonaka (2009), a atividade central da empresa é tornar o conhecimento disponível para todos.

Nesta abordagem o conhecimento é inerente a qualquer pessoa, por isso as empresas são fontes de conhecimento. Nonaka (2009), diz que o foco central da empresa é tornar o conhecimento das pessoas (Tácito) em conhecimento disponível para ser utilizado, por isso o conhecimento internalizado na empresa, o planejamento por ser articulado é explícito. O conhecimento é contínuo, ou seja, conhecimento gera novos conhecimentos e isto tende a ser infinito.

Para Oliveira (2010), o planejamento estratégico pode ser caracterizado por níveis hierárquicos e os tipos de decisões a serem tomadas, no planejamento estratégico, as decisões são tomadas pelos níveis mais altos da

empresa, determinando objetivos e ações, através do conhecimento de fatores externos e internos da companhia, no nível tático as decisões são departamentais, por isso são desmembradas em objetivos, estratégias e políticas, já no planejamento operacional há a formalização da metodologia de desenvolvimento e implementação, nesta fase são elaboradas os planos de ação pelos níveis inferiores. Desta forma há uma seqüência no alinhamento dos planejamentos em relação aos objetivos.

Conforme definições pelos autores, o planejamento é diferente da estratégia, segundo Mintzberg (2004) a estratégia pode ser definida através de cinco perspectivas, conhecida como 5Ps. O Quadro 1 apresenta estas perspectivas.

Plano	•um guia, caminho, possui intenções explícitas.
Padrão	•pode ser compreendido como um comportamento a longo do tempo, formando padrões
Posição	•qual ambiente mercadológico a empresa esta inserida
Perspectiva	•é um olhar para dentro da organização, seus processos internos, como a empresa faz as coisas
Truque (inglês ploy)	•são manobras para enganar ou driblar os concorrentes.

Quadro 1 – Definições de estratégia
Fonte: Autores, baseado em MINTZBERG (2004)

O plano tem o significado das estratégias serem pretendidas, enquanto o padrão representa as estratégias realizadas, mas nem sempre as estratégias pretendidas são realizadas desta forma as estratégias podem ser realizadas e não realizadas, outro ponto importante é que nem sempre as estratégias são pretendidas, tem estratégias que nascem de pequenos detalhes e se transformam em estratégias realizadas, estas estratégias são denominadas de estratégias emergentes (MINTZBERG, 2004).

Ainda conforme o autor supracitado, as estratégias emergentes não necessariamente nascem no centro da organização, ou seja, entre os gestores, estas estratégias podem nascer no nível mais baixo da companhia e compartilhado entre as pessoas.

Pode-se observar através da figura 4 que a estratégia emergente inicia-se ampla e depois vai se afinando, isto significa que muitas estratégias vão nascer e morrer, também se considera que nem todas serão planejadas, mas que algumas farão parte das estratégias realizadas. A figura 6 apresenta como as estratégias surgem.

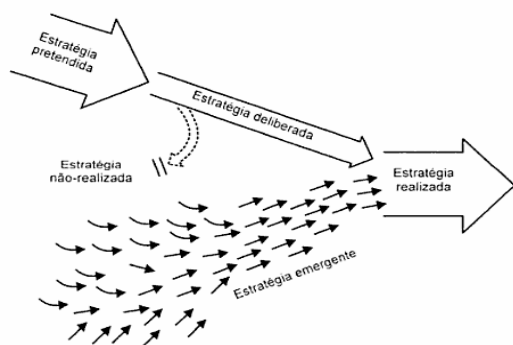


Figura 6 - Formas de Estratégia.
Fonte: Mintzberg (2004).

A partir das premissas do planejamento, é possível determinar o valor de uso de um ativo, desta forma, estas premissas devem constar nos orçamentos, que conforme WELSH (1983) consiste em entradas e saídas de recursos planejadas.

Conclusão

No mundo globalizado, a necessidade por informações compreensíveis para o investidor, facilita o fluxo financeiro, colaborando para que haja um crescimento das empresas e do país. O Brasil tem dado passos importantes nesse sentido e adoção das normas internacionais é um destes passos.

A formação de um órgão de classe para apoiar a CVM nos trabalhos de tradução e expedição de normas, é um marco histórico, pois desvincula algumas obrigações antes determinadas para atender somente a parte fiscal, não que esta não seja importante, mas não pode ser o único foco. Desta forma com esta desvinculação as empresas e o país proporcionam melhores informações para que potenciais investidores aumentem seu interesse pelo mercado Brasileiro.

Uma destas normas diz respeito ao teste de recuperabilidade dos ativos, este trabalho analisou em especial o grupo classificado como Ativo Imobilizado, sendo que o resultado apresentou que a empresa adotou o valor em uso para analisar a recuperabilidade de seu ativo, não foi detectado ajustes, justamente pelo valor da projeção ser maior que o valor do ativo.

Referências

IASB. Disponível em:
<<http://www.iasb.org/Use+around+the+world/Global+convergence/Adoption+and+copyright/IFRS+content+dissemination+process.htm>>, acesso em 05 de Maio de 2010.

Disponível em
<<http://www.iasb.org/Use+around+the+world/Use+around+the+world.htm>>, acessado em 05 de Maio de 2010

Disponível em
<<http://www.iasb.org/News/Press+Releases/IASB+takes+steps+to+assist+adoption+of+IFRSs+and+reinforce+consultation+no+new+standards+until+2009.htm>>, acessado em 05 de Maio de 2010

Disponível em
<<http://www.iasb.org/News/International+Accounting+Standards+Board+News.htm?p=2>>, acessado em 05 de Maio de 2010

WELCH, G. A. **Orçamento Empresarial**, 4. ed. São Paulo: Atlas, 1983

MINTZBERG, HENRY. *Ascensão e Queda do Planejamento Estratégico*. Porto Alegre: Bookman, 2004

OLIVEIRA, D. P. R. **Planejamento Estratégico**. 27 ed. São Paulo: Atlas, 2010

PETERS, MARCOS. *Comentários à lei nº 11.638/07*. São Paulo: Saint Paul, 2008

CPC 2007, disponível em:

NONAKA, H.; IKUJIRO, HIROTAKA. **Gestão do Conhecimento**. Porto Alegre: Bookman, 2008

BRASIL, Deliberação nº 520 de 15 de Maio de 2007. Comissão de Valores Mobiliários, audiência e aceitação do comitê de pronunciamentos contábeis.

BRASIL, Deliberação nº 527 de 1º de Novembro de 2007. Comissão de Valores Mobiliários, aprova o CPC nº 1.

KOTLER, P.; CASLIONE, J. A. **Vencer no Caos**. Rio de Janeiro: Elieser, 2009

CARVALHO, L. N; LEMES, SIRLEI; COSTA, F. M. **Contabilidade Internacional**. São Paulo: Atlas, 2009

BRASIL. Lei Federal 11.638 de 28 de Dezembro de 2007, altera e revoga dispositivos da lei 6.404 de 1976